

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

CIDADES E VILAS DE SERGIPE NO SÉCULO XIX — DEPOIMENTOS (*).

JOSÉ SILVÉRIO LEITE PONTES

da Universidade Federal de Sergipe.

O presente trabalho tem pretensões modestas: registrar as observações feitas sobre as povoações sergipanas no século XIX.

Creemos, entretanto, em sua utilidade, porque permitirá:

- a). — visualizar a evolução urbana em termos descritivos;
- b). — suscitar futuras investigações para explicação das mudanças observadas na estrutura e nas condições da vida urbana.

As observações feitas são inevitavelmente parciais, porque fragmentárias, e dependentes da formação intelectual e dos interesses do observador. As localidades estudadas e os aspectos observados não são os mesmos em todos os depoimentos. Falta continuidade de objetivos, resultado necessário da diversidade dos observadores.

Em seguida, apresentamos os autores, os respectivos trabalhos e seus relatos:

*

1. — *DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DA CAPITANIA DE SERGIPE D'EL REY, 1802.*

BIBLIOTECA NACIONAL, SEÇÃO DE MANUSCRITOS II — 33, 16, 3.

O documento existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional é uma cópia. Traz a data de 1802, porém lhe falta assinatura — O título está em ortografia mais recente, talvez da 2.^a me-

(*) . — Comunicação apresentada na 2.^a sessão de estudos, Equipe B, no dia 3 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

tade do século XIX, e o texto procura obedecer fielmente à ortografia da época, porem a letra de ambos é a mesma. O seu autor é alguém empregado na Secretaria do Governo da Bahia, pois frequentemente se refere a “esta Secretaria” a “esta Cidade da Bahia”, e uma vez a “este governo”.

Da-nos de Sergipe uma imagem de prosperidade. O seu comércio, orientado para a Cidade da Bahia, abrangia sobretudo açúcar, “algum” tabaco, algodão, farinha, feijão, milho, arroz, couros secos. “sola branca, a que chamam vaquetas”, amendoins, melaço, gado vacuum e cavalariço, toucinho, porcos, aves, pedras de fogo e de amolar, couros de veado. Como se vê, exclusivamente produtos agropecuários ou resultado de transformação industrial desses produtos, como açúcar e couros. A exportação era de 869 mil cruzados, 93 mil e 500 réis, para uma importação de 170 mil cruzados, 351 mil, 631 réis. *Superavit*, portanto, de 699 mil cruzados, 263 mil, 131 réis. Província de vida econômica equilibrada. Produzia açúcar e gado. Este servia ao trabalho dos engenhos e ao consumo de carne. Além disso, vários outros produtos, frutas, cereais, legumes e raízes, algodão e tabaco, eram consumidos, exportado o excedente.

A população é estimada, para o ano de 1800, em 55.600 indivíduos, dos quais apenas 13.217 brancos. Livres, 36.433. Escravos, 18.144. Livres, mas vadios e mendigos, 1.023, ou seja, pouco mais de 1,83% da população total. Mas o autor insiste no papel que esses vadios tinham nos frequentes atos de violência que infestavam a Capitania. Não se recorria à Justiça para a reparação das ofensas, mas se empregava a vindita. Os autores dessas violências eram protegidos pelos senhores territoriais, que não hesitavam em retirá-los das cadeias públicas. Desde 1775 fora suprimido o destacamento de tropa de linha, com 30 praças, aí existente, passando a força armada a ser constituída exclusivamente pelas reservas territoriais das Milícias e Ordenanças, dirigidas pelos próprios autores das desordens. O Poder Público, sediado na cidade de São Cristóvão, estava assim desamparado diante das forças rurais, que, além disso, através das Câmaras, controlavam a própria administração das vilas.

A *Memória* não se preocupa em descrever o aspecto das povoações sergipanas. Está interessada em indicar a organização administrativa e os recursos econômicos e financeiros da Capitania. São as mesmas povoações que encontraremos no trabalho subsequente: cidade de São Cristóvão e vilas de Santa Luzia, Thomar, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro das Brotas, Vila Nova e Propriá. Além delas, as paróquias de Nossa Senhora do Socorro, de Campos do Rio Real, de

Pé do Banco, e as missões indígenas de Água Azeda, Japarutuba, Pacatuba e São Pedro. Os portos de Laranjeiras e Bom Jesus apenas merecem referência. De Estância, diz ser uma povoação

“onde principalmente moram os povos da vila de St^a Luzia”.

São Cristovão é a única que tem administração vinda de fora, com um Capitão-mor, provido pelo Governo Real, por três anos, e um Ouvidor. Também a única que tem Casa e Hospital de Misericórdia.

A *Memória* também assinala a importância das barras na vila da Capitania, espécie de aparelho respiratório da mesma: rio Real, Vasa-Barris, Cotinguiba, Japarutuba e São Francisco. Anota os correspondentes portos fluviais: Estância, São Cristovão, Laranjeiras, Porto das Redes, Japarutuba e Vila Nova de Rei. Não considera má a barra do rio Real, apesar dos bancos lá encontrados, mas cita sem restrições a da Cotinguiba e considera a do São Francisco, a melhor de todas. Diz mal da barra do Vasa-Barris e do Japarutuba. Conviém anotar as condições de navegabilidade dessas barras, pois em função delas modificar-se-á, no século XIX, a geografia urbana sergipana.

*

2. — SOUZA [MARCOS ANTÔNIO DE].
MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DE SERGIPE

2^a ED. 1948, ARACAJU.

Marcos Antônio de Souza nasceu na cidade de Salvador. Ingressando na carreira eclesiástica, foi vigário de Pé do Banco, hoje Siriri, em Sergipe. Transferido para Salvador, elevado a bispo do Maranhão, em 1826, foi o primeiro provido em tal cargo por D. Pedro I. O seu trabalho foi escrito com anterioridade e cuidado em 1808, quando já era vigário de Nossa Senhora da Vitória da Bahia, com dedicatória ao ministro Rodrigo de Souza Coutinho, que embora das pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, era então a personagem mais influente do Conselho do Príncipe Regente D. João.

O padre fizera seu curso de Seminário dentro dos moldes do Iluminismo, em consequência da nova orientação dos estudos, posterior à reforma pombalina. Daí seu interesse pelos assuntos políticos e econômicos, a par dos eclesiásticos. Foi essa preparação intelectual que lhe permitiu tratar da composição etnográfica, dos as-

pectos geográficos, econômicos, demográficos, sociais e históricos de Sergipe.

A obra está intercalada de citações de Virgílio, Camões, Vieira, Margrave, Fleury, Robertson, Adam Smith, J. B. Say, do direito romano e eclesiástico e das Escrituras, traços indicativos da formação cultural do sacerdote escritor.

Em sua *Memória*, Marcos A. de Souza pretende colaborar com o Governo e oferece sugestões sobre a política a adotar para o progresso da Capitania de Sergipe. Expende as seguintes considerações, muito significativas de suas idéias:

a). — Diz que os escravos dos senhores de engenho de açúcar sergipanos produzem mais que os do Recôncavo Bahiano. Justifica:

“ali são mais bem tratados esses homens desgraçados, sujeitos a lei do cativo; são nutridos com saudáveis alimentos de vegetais com feijão e com milho... são vestidos de algodão manufaturado pelos escravos... podem casar-se com escravos da mesma família e ainda de outra;”

b). — Sugere que os sergipanos façam manteiga e queijo e aumentem a produção agrícola:

“estes produtos terão muita saída pelo armazem do mundo, que se nos abriu pela liberdade de comércio, aumentando o volume dos gêneros que são exportados para a Europa, fazendo juntamente crescer a massa das riquezas”.

c). — Justifica o domínio português sobre os índios, arguindo sua indolência e atraso. Mas, adverte:

“Nenhum povo pode tentar qualquer invasão, violar a justiça, sem ofender os direitos mais incontestáveis e mais sagrados”.

d). — Diz que alguns reprovam os estabelecimentos eclesiásticos, por julga-los improditivos e onerosos ao Estado. Mas a religião contribui para manter a paz e a ordem pública. Por meio das orações dos sacerdotes,

“o Ente Supremo derrama sobre os Príncipes, Magistrados e Povos todas as bênçãos do bem”;

e). — Para evitar secas, propõe o sistema de irrigação, como no Egito. Pressupõe a permanência relativa do volume d'água

do Vasa-Barris e outros rios, então ainda protegidos pela cobertura florestal, hoje quase desaparecida;

f). — Lamenta a falta de mestres públicos em Lagarto. E comenta.

“Que nobres sentimentos se desenvolviam pela diligência de uma boa educação! que perfeitos adoradores do Ente Supremo!... com que desejos se aprestariam ao serviço do soberano! ...”

g). — Tratando da nobreza dos habitantes de Itabaiana analisa:

“a força das mãos é o patrimônio das pobres, e que a estes povos faltam todas as máquinas e instrumentos que facilitam o trabalho e esta é uma das causas de sua pobreza.”

h). — Contraditoriamente vê nas minas uma fonte de riqueza, escudando-se em Souza Coutinho, o ministro de D. João VI, numa acomodação oportuna;

i). — “O comércio dos produtos brutos pelos manufaturados é nocivo a qualquer povoação”;

j). — “um grande obstáculo a propagação da raça humana” e “a concessão de um vasto terreno, feita a um só proprietário... os grandes proprietários não podem melhorar suas terras”.

Esse padre eclético, imbuído da doutrina eclesiástica, das teses tradicionais da política portuguesa e das novas idéias liberais, em Economia Política, assim nos descreve as povoações sergipanas dos começos do século XIX:

Eram, uma cidade, São Cristovão, e sete vilas: Santa Luzia do Piauí (hoje Piauí), Nossa Senhora do Socorro da Thomar (hoje Gerú), Nossa Senhora da Piedade de Lagarto, Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Santo Amaro das Grotas (hoje das Brotas), Villa Nova Real do rio São Francisco e Propriá. Além dessas, havia outras povoações, sedes de freguesias, como Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, Nossa Senhora dos Campos do rio Real e de Pé do Banco, as missões indígenas de Pacatuba, São Pedro, Nossa Senhora do Carmo de Japaratuba e Água Azeda e as importantes povoações de

Laranjeiras e Estância. Nenhuma modificação, portanto, em relação ao quadro de 1802.

Para bem compreender-se o relacionamento entre os núcleos urbanos sergipanos, é importante tomar conhecimento da distribuição das barras e portos do Estado, como observamos atrás. Por isso, Marcos Antônio tem o cuidado de descreve-los. A barra do São Francisco, com 16 palmos na baixa-mar, por onde saem os produtos da região para a Bahia e Pernambuco. São tributárias dela Propriá e Villa Nova. *A Barra do Japarutuba*, já então imprestável para a navegação. *A barra do Aracajú ou da Cotinguiba*, que tem, na baixa-mar, de 11 a 18 palmos d'água, possui dois canais, mudáveis com a ação das correntes, pois a região é arenosa. Em outros tempos, entravam pelo rio navios de alto bordo. Mas ao tempo da *Memória*, só atingem até Laranjeiras e Maroim. Entre'anto, são-lhe tributários os núcleos de Japarutuba, Laranjeiras, Santo Amaro e Socorro. *A Barra do Vasa-Barris*, com 16 palmos d'água na baixa-mar, é navegável até Itapoanga. São Cristovão, a Capital, é o grande núcleo tributário. Nesta só entram navios pequenos. *A barra do rio Real* tem 18 palmos na baixa-mar e um único canal navegável, porem sujeito a mudanças, ladeado por grande banco de areia. Perigosa, mas bem frequentada, serve a Santa Luzia e Estância.

As demais povoações são centrais, sem comunicação direta ou fácil com essas barras.

Outro ponto a fixar: A divisão administrativa não correspondia à divisão eclesiástica e muito menos à importância das povoações. As duas maiores da Capitania, Laranjeiras e Estância, nem vilas eram, nem sedes paroquiais. Laranjeiras apresenta-se com a população estimada em 3.000 (três mil) pessoas. Estância, com 1.600 (mil e seiscentos) habitantes, abriga ainda toda administração judiciária e eclesiástica, sem os foros de vila. São Cristovão, capital e cabeça do distrito de Laranjeiras, tem 400 (quatrocentos) moradores. Santa Luzia, metrópole oficial de Estância, não mais de 20 (vinte) famílias. Vê-se, por aí, quão pouco pesavam os interesses mercantis, especificamente urbanos, na organização político-administrativa. Marcos Antônio fala-nos da exiguidade de quase todos esses núcleos citadinos. Thomar antiga missão jesuítica, cujo termo abrange apenas 1 légua quadrada, tem somente, no termo, 633 habitantes, em sua maioria índios e mestiços. De Lagarto e Itabaiana, não dá os números. Mas esta última vila está quase deserta. Silêncio também para Santo Amaro, embora diga ser

“a vila mais famosa e rica de toda a Capitania”

e a freguesia compreenda 5.500 habitantes. De Socorro, embora distribuída pelos campos, anota a concentração populacional: 7.000 (sete mil) pessoas em 3 (três) léguas quadradas. As vilas do São Francisco têm extensa área de jurisdição para populações pouco superiores a 4.000 (quatro mil) pessoas.

O padre destaca os templos existentes em todas. Algumas, apesar de exíguas, têm muitos. São Cristovão tem 10 (dez)). Mas falta a ordem civil na Província. Multiplicam-se os homicídios. Mais de 100 (cem) por ano. Predomina a impunidade. Não está dito porque, mas se subentende que os Ouvidores nada podem contra os mandantes e padrinhos dos assassinos, que são os senhores da terra. A autoridade não cuida da conservação das cadeias públicas. Estão todas arruinadas, menos a de Villa Nova.

A riqueza da Capitania é toda ela rural ou agro-industrial ou pastoril. O açúcar, nas bacias do Cotinguiba, do Vasa-Barris e do Real. O gado, em Lagarto, Itabaiana e no São Francisco. A exportação faz-se quase toda para a Bahia, sendo a cidade do Salvador o grande empório da região.

Os núcleos locais, apresenta-nos Marcos Antônio de Souza, como centros religiosos e administrativos de uma sociedade rural, diversificadamente estruturada em áreas geo-econômicas, ricas e prósperas, tendo por fundamento o açúcar e o gado.

De feiras importantes, somente nos fala sobre a de Propriá. Mas, bem entendido, trata-se de uma feira de cidade que é centro de toda uma grande zona rural, a do São Francisco, embora se possa supor que Propriá comunicasse a área do São Francisco com os grandes portos de exportação e importação, Bahia e Pernambuco, através de Penedo ou Vila Nova.

Outra observação importante: o atraso do convívio citadino em Sergipe. Faltavam escolas de primeiras letras em Lagarto, em Vila Nova. Nesta também não se encontrava “médico, cirurgião ou boticário”. Mas devemos julgar o mesmo de Propriá, Itabaiana e Thomar. O próprio D. Marcos nos diz da existência de escola em São Cristovão. Documentos do início do século dão notícia dela em Santo Amaro.

3. — CASAL (AYRES DO),
COROGRAFIA BRASÍLICA.

Eds. *Cultura*, 2.^a ed. São Paulo, 1945.
Tomo II, pgs. 105-114.

Ayres do Casal, padre secular, publicou sua obra em 1817. Não sabemos como obteve suas informações. Dados oficiais? Relatos verbais? Leitura das *Memórias* anteriores? Observação pessoal? Não podemos conseguir dados esclarecedores, no curto espaço de preparação desta comunicação. Talvez tudo isso. Algumas das descrições são tão vívidas, que parecem visuais. Como exemplo, a da barra da Cotinguiba,

“suas margens são cobertas de mangues, e na proximidade do mar de areia branca, e dum aspecto deleitavel, ornadas com formosos coqueiros em partes... defronte dela há um prcel vasto, quase todo submergido com muitos pedaços descobertos na baixa mar; e sobre o qual forreia o mar com o horroroso estampido ainda na maior bonança; pelo meio desta furiosa arrebenção há um canal estreito e tortuoso, e só com fundo para sumacas, só práticos podem acertar com ele vindo mar em fora, para entrar no rio, que fica escondido por terras deste medonho, e fatal baixo”.

O trabalho do Pe. Ayres apresenta, entretanto, algumas imperfeições, que revelam seu contacto superficial com a terra, se houve, e a insegurança de algumas de suas fontes. Situa Itabaiana na parte leste e Thomar na parte oeste! Também lhe falta a visão articulada da então Capitania, que encontramos nos trabalhos anteriores. O aspecto demográfico não lhe interessa e o econômico apenas secundariamente.

A divisão administrativa e eclesiástica anterior persiste. A mesma observação do estado endêmico de violência e anarquia. Cita a conversa de um ouvidor, segundo o qual, em dois anos de exercício, houvera mais de 200 homicídios.

Insiste na pequenês das vilas sergipanas, inclusive a *cidade* de São Cristovão. Comunica que então já havia cadeira de Latim em Vila Nova. Seriam as sugestões do Pe. Marcos Antônio?

Não deixa de anotar a disparidade entre as vilas e os centros comerciais de que são tributárias. Santo Amaro, “vila pequena”, tem por entreposto “a aldeia de Maruim”, para

“grandíssima quantidade de caixas de açúcar, com um pequeno mercado nos sábados a qual com o tempo deve ser povoação considerável”.

Palavras proféticas, cujos resultados experimentaria Santo Amaro em 1835. Também prognostica o futuro de Laranjeiras que

“será uma das principais vilas da província”.

Parece, porém, ignorar a importância da povoação já naquela época. Considera Estância

“a mais populosa e comerciante de toda a província, sem executar a capital”.

Não o espanta, porém, depender da “pequena” vila de Santa Luzia. Também antevê o futuro de Rosário, arraial situado na estrada que vai para “Maruim”.

*

4. — *AVÉ-ALLEMANT (ROBERT),
VIAGEM PELO NORTE DO BRASIL NO ANO DE 1859
XVI pág. 333-350 — Rio de Janeiro, Ed. Bras., 1961.*

Quatro décadas depois, encontramos o depoimento de um viajante estrangeiro, médico alemão. Sua visita foi rápida: durou apenas 6 (seis) dias. Visitara a cachoeira de Paulo Afonso e resolvera aproveitar a espera pelo vapor que o levaria a Pernambuco com a curta estada em Sergipe. Esteve nas localidades de Aracajú e Maruim. Seu relato tem o valor de um *flash*, mas muito significativo.

Descreve, com pormenores, a saída pela barra do São Francisco e a difícil entrada pela barra do Cotinguiba. Após a manobra do navio, um vapor com capacidade para transportar 86 passageiros de 1.^a classe,

“entra-se no rio largo, em cuja margem direita se ergue a nova Capital da Província de Sergipe, principiada há quatro anos, a cidade de Aracajú”.

No porto, 20 (vinte) navios à vela, muitos deles europeus e um rebocador.

“Tudo é bonito e novo, na margem, embora muito provisório.

“Em construção, o palácio presidencial e a alfândega. Tem casa presidencial, da Câmara Provincial, quartel, igreja e loja maçônica. Trabalho e construção por toda a parte”.

Aracajú ergue-se com suas promessas do futuro, primeira povoação de ar efetivamente urbano. Para confirma-lo, está aquilo que Lallemand julga um defeito da cidade. Os arrabaldes, pelos morros de areia, cobertos de casas de barro, com tetos de palha de coqueiro, habitadas por uma multidão de deslocados. O viajante encontra, pretos, mulatos e uma maioria de índios. A cidade de Aracajú cumpria assim o destino histórico das cidades, de abrigo dos deslocados e espoliados do campo, embora abrigo precário.

Mais um delicioso toque de urbanidade incipiente: o povo reunido diante da casa presidencial para ouvir a banda de música do ba'alhão, a tão conhecida e tradicional *retreta* dos aracajuanos.

Por outro lado, das 60 mil caixas de açúcar ultimamente exportadas pela Província segundo o viajante, 40 mil saíram pelo porto da capital. Maruim, também visitada por Lallemand, ocupava lugar intermediário, exportando para Aracajú o açúcar da vizinhança. O mesmo se poderia dizer de Laranjeiras.

As cidades sergipanas de então, ou eram centros administrativas que congregavam os filamentos da sociedade senhorial, ou entrepostos comerciais, ou ambas as cousas. Mas, Aracajú, segundo o observador não tinha

“boa sociedade, nenhum padrão de vida mais elevado, nem se desenvolvido o gosto artístico.”

Centro administrativo provincial, cujos funcionários em parte, dependiam da Corte do Rio de Janeiro e, em parte, da coniugação momentânea dos dirigentes da sociedade senhorial, em âmbito provincial, era além disso o grande entreposto da Cotinguiba, da zona mais rica de Sergipe. Mas, em sua vida local, despontava algo de novo, justamente aquela população emergida do campo e que ia viver dos misteres citadinos.

De Maruim, pouco fala Lallemand, salvo para referir-se a importante firma exportadora alemã Schramm ali estabelecida. Mas indica que a zona de Japarutuba começava a exportar diretamente por Aracajú, com a recente abertura do canal do Pomonga, que liga a Japarutuba ao estuário do então chamado Cotinguiba, hoje Sergipe.

Finalmente, adverte-se dos primeiros sinais da depressão da base econômica da sociedade sergipana, pela escassez crescente de braços, que atribui à ação devastadora das epidemias e à extinção do tráfico negreiro.

*

- 5a). — *Descrição do Município e Vila da Capela, com of. da Câmara de 31.5.1881.*
Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I — 32, 16, 26.
- b). — *Descrição do Município da Missão de Japarutuba, com of. da Câmara de 5.5.1881.*
Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I — 31, 17, 57.
- c). — *Descrição do município de Lagarto, com of. da Câmara de 6.4.1881.*
Biblioteca, Nacional, Seção de Manuscritos, I — 31, 17, 56.
- d). — *Descrição do Município e Vila de Simão Dias, com of. da Câmara de 15.5.1881.*
Biblioteca Nacional, seção de Manuscritos, I, 31, 18, 25.

Os quatro documentos acima também nos dão uma vista parcial da vida cidadina em 1881. Os quatro municípios descritos não eram as mais importantes, embora Japarutuba e Capela estivessem em plena ascensão. Os documentos encontram-se na Biblioteca Nacional e constituem resposta a inquérito promovido pelo diretor daquela instituição, Ramiz Galvão. Não sabemos se as outras câmaras municipais também responderam, o que é provável, mas o fato é que apenas são hoje encontrados aqueles quatro. Mas, por esses municípios ainda tipicamente rurícolas é possível avaliarem-se os progressos na vida cidadina.

Em todos eles florescia a agro-indústria açucareira. Mais em Japarutuba e Capela. Nesta havia 82 engenhos, sendo 11 a vapor, 4 movidos a água e 67 por animais. E alambiques. Em Simão Dias, também café. Indústria locais de cal, telha, tijolos, queijos, farinha, couros curtidos. Artesanato: lençoes, redes, sacos etc.

Em Lagarto, dos 15 mil habitantes do município, 3 mil residiam na cidade ou seja, 20%. Em Capela, de produção menos diversificada, para 13 mil 472 habitantes do município, 2 mil residentes na Vila, ou seja 14,77%.

Mas, em todas elas, escolas primárias públicas para ambos os sexos, casa da câmara e cadeia, demonstrando que nas relações entre os potentados a ordem começava a dar os seus primeiros passos. Capela possuía também hospital e pequeno teatro.

Todas, com exceção de Lagarto, promovida à cidade, eram vilas recentes, criadas no período regencial ou no 2.^o Reinado.

Fato a assinalar: não somente Capela e Japarutuba, o que seria natural por sua integração na zona da Cotinguiba, mas também Lagarto e Simão Dias, importavam da Bahia e de outros lugares pelos entrepostos de Aracajú e Laranjeiras. Essas também exportavam diretamente para o sertão da Bahia.

*

6.a). — Lisboa (L.C. Silva),
*Chorographia de Sergipe-
Aracajú, 1897, pág. 9 a 57, 73 a 147.*

b). — Freire (Laudelino),
*Quadro Chorographico de Sergipe
Rio de Janeiro, 1902, 2.^a edição pág. 80 a 104*

Resolvemos apresentar conjuntamente as informações desses dois autores pelo curto espaço de tempo que separa uma publicação da outra. A 1.^a edição da obra de Laudelino é de 1898. O trabalho de Laudelino supõe a utilização dos inquéritos, promovido por Ramiz, e da obra de Silva Lisboa.

Este último escreveu a *Chorographia*, por encargo da administração estadual, para que fosse adotada, nas escolas públicas do Estado. Era professor no Ateneu Sergipense.

Laudelino Freire, que tentara a carreira militar, formara-se em ciências sociais pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro, somente completando curso jurídico, em 1902. Polígrafo ilustre, irmão do não menos ilustre Felisbello Freire, versou, em vários escritos, sobre geografia, história regional, história da arte, psicologia, situando-se entre os grandes gramáticos e filólogos brasileiros. Fora deputado estadual de 1895 a 1899 e por ocasião da 2.^a edição, era fiscal das Loterias dos Estados na Capital Federal, como representante de Sergipe.

O fim do século XIX, registra grandes progressos na vida urbana do Estado. No começo da centúria apenas 1 cidade e 7 vilas. Agora, 12 cidades e 25 vilas. Todo esse progresso se cumprira por

etapas: no período regencial, nas décadas de 50 a 70, 80 e, finalmente, após a proclamação da república.

Duas modificações são mais notáveis: a hegemonia adquirida por Aracajú e a diversificação das atividades econômicas, a par de certa estagnação da economia açucareira.

Aracajú, era agora, dentro das proporções exíguas do Estado, uma verdadeira cidade e o centro mais importante nos planos político, econômico, e cultural da vida sergipana.

Silva Lisboa mostra-nos como as barras do Estado tornaram-se pouco a pouco infensas à navegação de alto bordo. As de Japarutaba e Vasa-Barris ficaram impraticáveis. — A do São Francisco decaíra. A do Real mantinha suas características de periculosidade e de profundidade rio a dentro. A da Cotinguiba continuava incerta e arriscada, mas o estuário do rio oferecia largo e profundo abrigo. Em 1899, diz Laudelino Freire, nela entravam 201 navios e saíam 181. Observe-se, porém, que apenas entrou um vapor estrangeiro e saíram seis. Sergipe decididamente isolava-se do mundo exterior e se ligava exclusivamente à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, pela navegação direta para o Rio de Janeiro.

Aracajú, tinha 16.336 habitantes em 1890. O Estado, 310.926. Já concentrava, pois, 5,25% da população de Sergipe. 4 mil casas. A imigração de gente do interior garantia-lhe a expansão. Além do aumento do diâmetro urbano, bairros novos como o Industrial ou Chica Chaves, Fundação, Catinga, Santo Antônio, Atalaia. E também a “cidade de palha”, de que fala Silva Lisboa, a cidade dos recém-vindos, serpeando pelos morros de areia que espremiavam Aracajú de encontro ao rio.

Silva Lisboa acentua a decadência de Laranjeiras e o decaimento de Maroim. Atribui, em parte, no primeiro caso, ao progresso de Riachuelo, mas reconhece que a causa principal é Aracajú. Na verdade, a prosperidade de Riachuelo devia-se à posição de centro mais interiorizado e distante de Aracajú. Os centros comerciais do interior relacionam-se com Aracajú, ou com a Bahia, através de Aracajú: Itabaiana, Lagarto, Simão Dias e Estância. Propriária tanto se comunicava diretamente com a capital, como com Pernambuco e Bahia. Aracajú, diz Silva Lisboa,

“como uma esponja absorve a seiva dos núcleos populosos que lhe ficam perto”.

Muitas vilas de prol, do começo do século, pararam e continuaram vilas. As de segundo grau, ou simples povoações, passaram a cidades. Exemplos do 1.º caso: Santa Luzia, Santo Amaro, Vila Nova. Exemplos do 2.º caso: Propriá, Itabaiana, Lagarto, Simão Dias, Laranjeiras, Capela, Maruim, Estância.

As atividades agrícolas eram ainda indiscutivelmente preponderantes, como ainda hoje o são, mas em termos diferentes. A cana de açúcar, e sua indústria, continuava como a principal riqueza do Estado. Os engenhos eram numerosos nos municípios do vale do Cotinguiba e ainda existiam no sul e no centro do território sergipano. A vida civil de Capela, Rosário, Itaporanga e Japarutuba, por exemplo, repousava na classe dos senhores de engenho. Capela tinha Hospital e teatro. Mas havia ainda a criação de gado, na zona oeste, de norte a sul e na margem do São Francisco.

Havia o grande plantio de algodão, estendendo-se pelos municípios de Simão Dias, Propriá, Divina Pastora, Sirirí, Campo do Brito, Cedro, Buquim, Campos, mas sobretudo Itabaiana, São Paulo e Nossa Senhora das Dores. Também se cultivava café em Estância, Simão Dias e Capela. E arroz, em Pacatuba, Vila Nova e Porto da Folha. Extraía-se sal em Socorro. Só em Aracajú, observa Laudelino Freire, a lavoura tinha pouca importância, consistindo em muitos sítios de coqueiros.

Nem todas essas cidades e vilas eram como as de antigamente, simples centros administrativos e de intercâmbio local. Possuíam descaroadores de algodão, muitos a vapor. Artesanato. Indústria caseira de laticínios. Mas Aracajú tinha fábricas de fundição de ferro, sabão, sapatos, vinhos, papéis e uma moderníssima de tecidos. Estância tinha 1 fábrica de tecidos, 4 de óleo, 1 de azeite de mamoma 1 de sabão. Como município, era mais populoso que Aracajú: 30 mil habitantes. Mas, núcleo urbano inferior. Vila Nova tinha fábrica de óleo.

Longe iam os tempos em que faltavam, às vilas, cadeias, ou os poderosos da região retiravam os presos de suas celas. Os nossos autores registram, em cada sede municipal, uma cadeia. Embora não o digam, seria erro julgar que houvessem acabado os assassinios e as tropelias. Ainda há pouco isso ocorria. Nos períodos de regime liberal, os velhos princípios senhoriais, do direito de justiça privada ou da guerra privada têm voltado a imperar, amortecidos nos períodos de governos autoritários, pois esses não dependem para sua sustentação e escolha das forças eleitorais rurais.

Em todo caso, a desordem fora reduzida em sua amplitude. Em quase toda vila e em todas as cidades havia estações telegráficas a permitirem fácil comunicação com a Capital. Mas, somente isso. Conta-se de um delegado de Polícia de Laranjeiras, no primeiro quartel deste século, que, chamado a coibir desordens de filhos-famílias, se eximira, observando.

“Eu hoje não estou muito delegado”...

Quanto a instrução pública, D. Marcos sorria de contente. Em todas as sedes municipais, e mais raramente nos povoados, havia escolas primárias públicas para ambos os sexos. Havia, então, 37 escolas mistas, 23 para o sexo masculino e 30 para o sexo feminino. É de notar a preponderância da educação feminina, fato constante na história sergipana. Talvez devido à emigração dos homens. Aracajú avantajava-se sobre as outras, nesse aspecto: 18 escolas públicas primárias, várias particulares, inclusive a famosa de D. Etelvina Amália de Siqueira; o Ateneu Sergipense, a Escola Normal e o Colégio Sergipense, este do professor Alfredo Montes. Quase toda a imprensa do Estado aí se concentrava, salvo um jornal em Propriá e outro em Estância. Em 1902, três lojas maçônicas, para nenhuma do interior.

Do ponto de vista comercial, Aracajú não era mais apenas entreposto, mas centro de distribuição de mercadorias, com poderosas casas atacadistas, que Silva Lisboa enumera: Silva Moreira e Cia., Rodrigues Fernandes e Cia., Machado Coelho e Cia., Mattos Filhos e Cia., Jucundo Montavão e Cia.

Cidade construída sob planejamento, conquistada aos charcos, com ruas em linhas e ângulos retos, praças ajardinadas, embora sem serviço de água, de esgotos, de bondes, etc. Centro urbano ainda pobre, mas única verdadeira cidade de Sergipe, quase independente do campo, se não fora o governo do Estado ser escolhido pelos grupos senhoriais do interior.

O século XIX termina, assim, com indícios de progressos e de aceleração no ritmo de intensificação da vida urbana.

* * *

*

INTERVENÇÕES.

Da Prof.^a *Eni de Mesquita* (FFLCH/USP).

Pede esclarecimentos a respeito da seleção das fontes utilizadas para a comunicação. Que outros documentos existem e podem ser utilizados?

*

Da Prof.^a *Helga I.L. Piccolo* (UFRGS).

Disse:

“A partir de sua colocação inicial — visualizar a evolução urbana em termos descritivos — pergunta:

Como se percebe, através dessas observações a mudança de capital?

Porque foi feita?

São Chistovam decaiu?

Qual a causa?

Porque Aracajú se torna capital”?

* *

*

RESPOSTAS DO PROFESSOR JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES.

A Prof.^a *Eni de Mesquita*.

Há outros depoimentos sobre Sergipe, no século XIX. Porém, dos que são conhecidos do autor da Comunicação, não foram incluídos os seguintes:

a). — Há um documento anônimo, depositado na Biblioteca Nacional, ainda em estado de esboço, sem dúvida valioso, mas que deixou de ser incluído no presente trabalho, que se refere exclusivamente ao século XIX, porque não inclui Propriá entre as vilas da Capitania. Sabemos, por D. Marcos de Souza, que Propriá foi elevada à vila em 1800. Logo, o documento é anterior;

b). — Em 1821, foi publicado, em Londres, o livro de Henderson sobre o Brasil. Mas o texto inglês, que se encontra entre as obras raras da Biblioteca Nacional, reproduz literalmente Ayres do Casal.

c). — Em 1821, José Antônio Fernandes, secretário do governo, informava ao Presidente Burlamaque, o primeiro presidente de Sergipe recém desligado da sujeição à Bahia, em relatório que refere

sumariamente às povoações da Província, mas eivado de erros e imprecisões. O motivo foi ter escrito o relatório de memória, pois, ao naufragar na barra de Sergipe d'El-Rei (?), perdera todos os seus documentos.

d). — Em 1826, o Pe. Ignácio Antônio Dormundo, por ordem do Conselho de Governo da Província, redigiu uma valiosa *Noticia Topographica*, muito útil para o conhecimento da Geografia Física e Econômica de Sergipe de então. Porém, nada diz sobre as povoações.

Outros depoimentos poderão existir, mas deles não tenho conhecimento até a presente data.

*

A Prof.^a Helga Iracema Landgraf Piccolo.

A questão tem cabimento, pois só indiretamente referi fato tão importante na evolução urbana de Sergipe. Mas é preciso considerar que o objetivo da Comunicação é relatar a evolução urbana do século XIX através das observações dos documentos relacionados. Não tem ela pretensões de ser estudo direto da situação urbana de Sergipe.

Poderei, entretanto, satisfazer a justa preocupação da professora.

Nos meados do século passado, Sergipe alcançara certo grau de prosperidade como produtor de açúcar. Os Engenhos agrupavam-se nos vales daqueles de seus rios que procuravam o mar: São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Cotinguiba, Vasa Barris, Real-Piauí. Desse rios, o Sergipe exportava mais de 70% de todo o açúcar da Província, incorporando inclusive a produção de Japarutuba, tornado imprestável para a navegação de alto bordo. Os Vasa Barris exportava perto de 7% de toda a produção açucareira. São Cristovão, a capital, ficava situada no Paramopama, afluente do Vasa Barris, curso d'água que não dava acesso às embarcações do mar. Junte-se a isso o aspecto político local. Os senhores dos vales do Sergipe e Japarutuba esperavam ter a administração da Província sob sua tutela, se situada em sua zona de influência. Estava-se também na década de 50, fase da Conciliação e dos novos empreendimentos, que iriam revitalizar a economia do Império. Era preciso promover compensações em favor da produção açucareira, ameaçada pela extinção do tráfico negreiro. Por isso, o presidente de Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, por ato de 17 de março de 1855, criou a cidade de Aracajú, próxima à foz do Sergipe, transferindo *ipso facto* a capital. Deu verdadeiro golpe de Estado, pois reuniu a Assembléia numa praia

fluvial quase deserta. Aracajú veio do nada. Nasceu por decreto e pela vontade do governo.

São Cristovão não estava propriamente em decadência. Não tinha, porém, condições de crescimento, pois não era centro de atividades econômicas. Aracajú, pelo contrário, de simples povoado de casas, em sua maioria cobertas de palha, tornou-se, com o tempo, a verdadeira cidade de Sergipe, reunindo, hoje, mais de 20% da população do Estado.